



A construção de Paulo Freire como inimigo nacional

Rodolfo Godoi¹
Eduardo Dimitrov²

-
- 1 Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Fundador do Instituto LGBT+. rodolfocgodoi@gmail.com.
 - 2 Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. eduardodimitrov@unb.br.

RESUMO

Este artigo percorre os caminhos discursivos que tentaram deslegitimar o educador Paulo Freire no Brasil nos últimos anos e evidencia como determinados argumentos foram importados e disseminados pelo escritor Olavo de Carvalho e instrumentalizados na Câmara dos Deputados, especialmente em 2019. Foi realizada uma análise textual das produções de Olavo de Carvalho e de proposições legislativas vinculadas a ele, que foram pensadas ao lado das perspectivas teóricas de James Hunter para o enquadramento do fenômeno nas guerras culturais. Encontra-se distorção e fraude nos caminhos argumentativos, bem como posicionamentos políticos específicos apresentados como posições neutras. Conclui-se que os agentes analisados se engajaram tanto pela transformação de Paulo Freire como inimigo nacional como pelo esvaziamento da política na escola.

Palavras-chave: *Paulo Freire. Olavo de Carvalho. Guerras culturais.*

ABSTRACT

This paper examines the discursive paths that attempted to delegitimize Brazilian Professor Paulo Freire in recent years, highlighting how certain arguments were imported and disseminated by writer Olavo de Carvalho and instrumentalized in the House of Representatives, especially in 2019. Olavo de Carvalho's statements and respective legislation underwent textual analysis, based on James Hunter's theoretical perspectives about the culture wars. Distortion and fraud abound in the argumentative paths, as well as specific political stances presented as neutral. In conclusion, the analyzed agents engaged both for transforming Paulo Freire in a national enemy and for emptying political engagement in schools.

Keywords: *Paulo Freire. Olavo de Carvalho. Culture Wars.*

INTRODUÇÃO

Em 2013, o livro *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (CARVALHO, 2013) foi lançado pela editora Record. Organizado por Felipe Moura Brasil³, o livro é um compilado de textos produzidos pelo escritor Olavo de Carvalho entre 1997 e 2013. É, ao lado de *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras* (CARVALHO, 2018)⁴, uma das obras mais vendidas desse autor. Em 2015, Olavo de Carvalho criou um canal no YouTube, catalisando sua popularidade. Nesse mesmo ano, em meio aos protestos que desembocaram, em 2016, no processo de impeachment, ou golpe parlamentar⁵, contra a Presidenta Dilma Rousseff, passaram a correr pelo país cartazes e faixas com a frase “Olavo tem razão”.

-
- 3 Jornalista e comentarista. Atuou na *Veja*, *Jovem Pan* e no portal *O Antagonista*.
 - 4 Originalmente lançado em dois volumes – *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras*, de 1996, e *O Imbecil Coletivo II: a longa marcha da vaca para o brejo e, logo atrás dela, os filhos da PUC, as quais obras juntas formam, para educação dos pequenos e escarmento do grandes*.
 - 5 A ausência de crime de responsabilidade no processo de impeachment faz com que

O livro é dividido em 25 capítulos que aglutinam tematicamente os diversos textos do autor. No capítulo *Educação*, encontram-se seis textos: *Jesus e a pomba de Stalin*; *Educação ao contrário*; *O futuro da boçalidade*; *O novo imbecil coletivo*; *Viva Paulo Freire!*; *Educando para boiolicice*. Dentre estes, o texto *Viva Paulo Freire!* é central para a deslegitimação e difamação recente de Paulo Freire. Em 2016, mesmo ano do golpe, a página de Paulo Freire no portal Wikipédia foi alterada e passou a ter acusações de que ele seria o responsável pela suposta doutrinação marxista na educação básica e pela precariedade do ensino no Brasil. Os trechos inseridos no verbete foram retirados do texto de Jefferson Viana (2015), publicado originalmente no portal do Instituto Liberal.⁶

O ataque é expressão de um formato de disputa política descrito por James Hunter (1991) como **guerras culturais**. O autor apresenta, a partir da realidade social e histórica dos Estados Unidos, um conjunto amplo de disputas legais, morais, éticas e comportamentais que se expressam na esfera pública. Apesar de o autor apresentar uma tendência analítica binária, em que os debates e querelas se expressam em pares de oposições – contrárias ou a favor – mesmo em temáticas com complexidades, alcances, impactos e construções sociais e históricas distintas, a tipologia objetivamente proposta tem valor heurístico relevante. Temas como aborto, direitos LGBT, financiamento das artes, cotas raciais, educação e tantos outros se apresentam como controvérsias na esfera pública e abarcam uma diversidade de assuntos de tamanha amplitude que atravessa a própria disputa em torno da identidade nacional.

A ideia de Hunter (1991) nos ajuda a relacionar as disputas ideológicas e culturais acionadas durante as disputas políticas no Brasil, em especial as que estavam em jogo tanto no processo de

muitos juristas, cientistas políticos, sociólogos e analistas considerem tal processo como um golpe parlamentar. Ver, entre outros, Kozicki e Chueiri (2019).

- 6 O Instituto Liberal é uma organização com o objetivo de difundir os valores liberais no Brasil.

impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, como na eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018.

O termo “guerra cultural” tem sido empregado e difundido por Olavo de Carvalho e seus seguidores há alguns anos, especialmente em redes sociais virtuais e em plataformas digitais de comunicação e de compartilhamento de conteúdo (NEMER, 2021). Para Olavo de Carvalho (2013), nós vivemos uma guerra cultural tanto no Brasil quanto no mundo em que se busca transformar os valores sociais e os comportamentos a partir de uma série de ações coordenadas e planejadas a médio e longo prazo – em especial por uma elite de intelectuais – que passariam despercebidas pela maioria da população. Foi assim que se forjou, ao longo dos últimos anos, de acordo com o autor, uma perspectiva conspiratória da realidade política, social e cultural, teoria compartilhada pelos seus leitores e seguidores. A despeito de difundir o termo, o ideólogo trabalhou no campo da denúncia de um suposto conluio maquiavelicamente orquestrado, distanciando-se, portanto, de qualquer análise rigorosa e crítica das relações sociais.

Tais perspectivas são encontradas em toda sua produção e estão especialmente condensadas no texto *Guerras culturais*, de janeiro de 2006, publicado no *Diário do Comércio* e republicado no livro *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Nele, Olavo de Carvalho (2013, p. 172) diz: “A característica essencial da nossa época é justamente a transformação cultural planejada”. O autor ainda apresenta três causas que, para ele, favoreceriam a manipulação das pessoas:

[...] a expansão do ensino universitário, criando uma massa de intelectuais sem funções definidas na sociedade e prontos para serem arrematados em tarefas militantes; o progresso dos meios de comunicação, que permite atingir populações inteiras a partir de uns poucos centros emissores; e a enorme concentração de riquezas

nas mãos de alguns grupos oligárquicos imbuídos de ambições messiânicas. (CARVALHO, 2013, p. 172)

Em primeiro lugar, Olavo de Carvalho ataca a expansão do acesso ao Ensino Superior nas últimas décadas no país, associando o conjunto dos intelectuais à inutilidade social e fortalecendo a concepção pejorativa de uma parcela da sociedade de que os estudantes – em especial os estudantes das universidades públicas – não produzem riquezas, são dispendiosos, ociosos e errantes. Tal indolência seria também característica da militância política. Ataca, ainda, os meios de comunicação e utiliza o termo “progresso”, que abre uma ambiguidade interpretativa, uma vez que abarca tanto a expansão dos meios convencionais de comunicação como as transformações recentes nas pautas dos costumes – isto é, a expressão de afetos de casais homoafetivos, narrativas de personagens transexuais na tele-dramaturgia ou a disseminação de campanhas e atitudes antirracistas, por exemplo. O uso da palavra progresso aponta, também, para uma crítica à diversificação dos meios de comunicação em termos de produtores e disseminadores de conteúdo via internet. Por fim, Carvalho acolhe as camadas populares da sociedade ao acusar as elites de promover transformações sociais, culturais e comportamentais indesejadas, a partir de seus próprios valores, caracterizando uma espécie de autoritarismo por vias econômicas. Olavo de Carvalho alimenta o conservadorismo das classes populares, as atitudes anti-intelectuais e o desprezo às artes e à ciência de maneira generalizada. Em Bourdieu (2006), encontramos caminhos interpretativos para o sucesso do autor. Olavo de Carvalho sustenta que aqueles que estão no poder – portanto, o Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo da primeira década do século XXI e, por extensão, toda a perspectiva política à esquerda – incorrem na destruição das moralidades do mundo privado. Tal partido constrangeria a instituição social “família” em suas formas convencionais, por meio de suas políticas de educação e direitos de mulheres e pessoas LGBT, por exemplo. Assim, o ideólogo convence que

uma das poucas instituições sociais na qual o poder é exercido pelos integrantes dos grupos economicamente dominados está sob ataque. Tais classes se voltam, portanto, às suas experiências práticas e assim, segundo Bourdieu (2006, p. 404), é que “[...] os mais desprovidos de competência política específica têm todas as possibilidades de se situar no campo dos defensores da ordem moral e da ordem social”.

Voltando ao conceito de guerras culturais, um tema polêmico circula por meios sociais de distintas estratificações econômicas e culturais, pois muitas pessoas – não apenas acadêmicos, intelectuais ou fazedores de opinião – se interessam em definir quem somos enquanto povo e nação e, no caso em análise deste texto, quem são nossos heróis e nossos vilões.

Embora intelectuais e ativistas de vários tipos desempenhem um papel especial nesse conflito cultural, seria muito errado presumir que esse conflito seja realmente apenas maquinações elevadas e cerebrais de tipos acadêmicos esquisitos que vagam pelos corredores de think tanks e universidades. Ao contrário, essa guerra cultural cruza a vida da maioria dos americanos, mesmo daqueles que são ou gostariam de ser totalmente diferentes. (HUNTER, 1991, p. 50, tradução nossa)

As guerras culturais aportam em instituições sociais centrais da vida cotidiana, como a família, a escola, os meios de comunicação, as leis, as eleições e a religião. Para Hunter (1991), a formatação da política enquanto uma expressão da cultura nos permite entender como valores, crenças e ideias entram na arena pública em disputas narrativas, simbólicas e estéticas. “No coração da cultura, porém, está a religião ou sistemas de fé. E no coração da religião estão suas reivindicações de verdade sobre o mundo” (HUNTER, 1991, p. 57, tradução nossa). Assim, disputa-se o que é verdade, o que é correto e o que é bom. Um campo de batalhas fundamental no que toca à

definição e redefinição dos verdadeiros heróis nacionais é a Câmara dos Deputados.

BATALHA CULTURAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diversos dos Projetos de Lei (PL) que foram apresentados na Câmara dos Deputados invocavam o nome do educador Paulo Freire. A despeito de serem ou não aprovados ou mesmo das especificidades em cada tramitação, eles são manifestações das guerras culturais. Os políticos eleitos, seguindo seus preceitos político-ideológicos, dão respostas e atenção às suas bases eleitorais e buscam, dessa forma, institucionalizar perspectivas morais na esfera pública.

Até 2020, Paulo Freire foi citado mais de vinte vezes nas justificativas de PL na Câmara dos Deputados. Os projetos eram relacionados à área de educação, como a avaliação de instituições de ensino superior; a regionalização do livro didático; a educação em tempo integral; a educação no campo; o piso salarial para professoras e professores; a acessibilidade de calçadas, entre outros.

Paulo Freire aparece nos projetos seja porque desejam nomear instituições, ações e datas comemorativas com seu nome ou porque é invocado argumentativamente em diversas justificativas. Por algum tempo não parece ter incorrido em nenhuma divergência, sendo acionado por partidos políticos em diversas posições do espectro ideológico. Em 2005, a deputada federal Luiza Erundina, na época do Partido Socialista Brasileiro (PSB), criou o PL nº 5.418/2005, que, sancionado, tornou-se a Lei nº 12.612 (BRASIL, 2012b), declarando “o Educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira”. Em 2010, no entanto, o nome de Paulo Freire começa a ser expressado em disputas que caracterizam as guerras culturais.

Em julho de 2010, a deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP) enviou um projeto que solicitava a alteração do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), propondo o seguinte: “Art.26-B Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório a dialogicidade do tema gênero nas

relações intra e interpessoais” (BRASIL, 2010a). O PL cita Paulo Freire na sua justificativa da seguinte forma: “A dialogicidade preconizada por Paulo Freire é o método pelo qual professores e alunos poderão refletir sobre o tema gênero nas relações intra e interpessoais e, assim, terem a alternativa de mudarem a práxis, mudando a realidade social” (BRASIL, 2010a, p. 2).

O educador foi acionado pelo uso de suas propostas de ferramentas práticas para a superação da violência de gênero nas instituições de ensino, bem como para que esse conteúdo didático conste de maneira compulsória nos currículos escolares. O projeto foi arquivado em 2015 em razão do fim da legislatura da deputada.

Nesse período, avança pelas assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais do país projetos de lei que contestam o ensino sobre relações de gênero e sexualidades no âmbito da educação básica. Para Miguel (2016), tais projetos ilustram dois fenômenos políticos significativos: o primeiro, a retração dos consensos mínimos nos debates públicos brasileiro; o segundo, a aliança entre o conservadorismo moral e o ultraliberalismo econômico. Tais projetos são encabeçados pelo Movimento Escola sem Partido⁷, ainda que, segundo o autor, a oposição de conservadores religiosos a tais temáticas prescinde tal organização.

Em dezembro de 2010, o deputado Guilherme Campos, do Democratas de São Paulo (DEM-SP), propôs um projeto para instituir o Dia Nacional da Mobilização Social pela Educação, em que encontramos, pela primeira vez, o nome de Paulo Freire em um PL na Câmara dos Deputados e observamos uma forma de abandonar a data de nascimento do pedagogo como data comemorativa, ainda que sua importância nacional seja reconhecida, qualificando-o

.....
7 Fundado em 2004, o Movimento Escola sem Partido começou a ganhar relevância política em 2010. De acordo com Miguel (2016), caracteriza-se pelo sentimento de hostilidade à docência, apontando para criminalização de suas atividades e restrição da liberdade de expressão. O Movimento entende os(as) professores(as) como meros(as) transmissores(as) de conhecimentos objetivos, profissionais potencialmente corruptos que precisam de vigilância e punição.

como “notável educador e filósofo brasileiro” (BRASIL, 2010b). Isto é, na justificativa do PL n° 8.041/2010, cita-se positivamente o educador, mas rejeita-se a sua data de nascimento, sugerindo, para o Dia Nacional da Mobilização Social pela Educação, a data de 11 de agosto, que coincide com o já estabelecido Dia do Estudante.

Em 2011, o PL n° 2.576 (BRASIL, 2011), de Flávia Morais, do Partido Democrático Trabalhista de Goiás (PDT-GO), citou Freire para propor a obrigatoriedade da disciplina de Direito Político-Eleitoral nas escolas, fazendo alteração no mesmo artigo que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana.⁸

Os PL n° 4.822/2012, n° 6.266/2016 e n° 6.397/2016 (BRASIL, 2012, 2016a, 2016b) postulam o dia 19 de setembro, nascimento de Paulo Freire, como data significativa para a educação brasileira. Em 2012, com o PL 4.822, Fátima Bezerra (PT-RN) propôs celebrar no dia 19 o Dia Nacional da Mobilização Social pela Educação. Já em 2016, o Deputado Pedro Uczai (PT-SC) defendeu o Dia Nacional de Defesa da Liberdade na Educação. Fátima Bezerra justificou o projeto a partir do Plano de Mobilização Social pela Educação, encabeçado pelo Ministério da Educação (MEC) e já em execução na época. Fátima Bezerra propunha, assim, o fortalecimento do Plano, buscando aumentar a participação social tanto das famílias dos estudantes como do restante da sociedade em busca de uma responsabilização coletiva da qualidade do ensino no Brasil. Já em 2016, a conjuntura política do país era completamente outra: os projetos foram apresentados em outubro, pouco mais de um mês depois da cassação do mandato da então presidenta Dilma Rousseff (PT). Os PL de 2016 se contrapõem explicitamente ao Movimento Escola Sem Partido e aos seus projetos de lei, que também tramitavam pelas câmaras estaduais e municipais país afora, acusando-os diretamente de cercear as liberdades fundamentais, promover obscurantismo na educação, causar retrocessos no pensamento crítico,

8 As Leis n° 10.639/2003 e 11.645/2008 alteraram a LDB, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

atacar a Constituição Federal e, por fim, de ameaçar a própria democracia e o Estado de Direito. Justifica-se utilizar o dia 19 de setembro nos PL pela concepção do próprio Paulo Freire sobre educação, que é, necessariamente, um exercício de liberdade. E mais: “A data deve simbolizar a vivência democrática, participativa e plural na Educação, bem como dar visibilidade ao papel fundamental do (a) educador (a) na formação cidadã, ética e científica” (BRASIL, 2016b, p. 3).

O Projeto de Lei nº 6.397 (BRASIL, 2016b) para a instituição do Dia Nacional em Defesa da Liberdade na Educação passou por apreciação de duas importantes comissões: a Comissão de Cultura e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na Comissão de Cultura, em agosto de 2017, a relatora deputada Margarida Salomão (PT-MG) apresentou voto favorável, mencionando novamente o que denominou “ameaça obscurantista à educação” (BRASIL, 2016b). Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o projeto foi apreciado pelo deputado Chico Alencar, do Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro (PSOL-RJ), em 2018, mas acabou sendo arquivado em decorrência do fim da legislatura do deputado, como determina o artigo 105 do Regimento Interno da casa. Reaberto em 2019, o PL teve como relator o Deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), que, por sua vez, o aprovou, mas concluiu afirmando: “Nesse sentido, nosso voto, embora contrário ao mérito, é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.397, de 2016” (BRASIL, 2016b). Desde então o projeto segue parado, sem jamais ter sido colocado para deliberação da Comissão.

Em 2019, ano em que teve início a legislatura resultante das eleições gerais de 2018, foram apresentados três PL que visavam revogar o posto de Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira. São eles: PL nº 1.930/2019, do deputado Heitor Freire, do Partido Social Liberal de Santa Catarina (PSL-SC); PL nº 2.589/2019, da

deputada Caroline de Toni (PSL-SC); PL nº 3.033/2019, do deputado Carlos Jordy (PSL-RJ) (BRASIL, 2019a, 2019b, 2019c).

No início de abril do mesmo ano, o deputado Heitor Freire abriu sua justificativa afirmando que Paulo Freire é endeusado pela esquerda no Brasil e seguiu atacando diretamente a ex-presidenta Dilma Rousseff, associando o fato de que uma vez que ela passou por processo de impedimento do cargo, os seus atos durante o período em que foi mandatária também devem ser revisados. Em sua argumentação, a própria forma de aprovação da lei estaria marcada pelos acordos políticos entre diferentes partidos políticos, forma de exercício da política esta que seria a expressão de uma “velha política”. O deputado se apresentava como integrante da “nova política”.

Ainda segundo o deputado, Paulo Freire seria responsável pela quebra de hierarquias dentro do ambiente escolar, promovendo a desordem, a indisciplina e a insubordinação. Pelo senso comum, todos esses atributos são corriqueiramente marcadores do ambiente escolar e, em especial, das escolas públicas. Heitor Freire finalizou afirmando que “a esquerda enfia seus símbolos por meio de leis, desprezando o contraditório, a pluralidade de ideias, como se seus personagens tivessem de ser aceitos por toda a população” (BRASIL, 2019a, p. 2), buscando, assim, transparecer que seu projeto expressa a defesa da democracia e da pluralidade de ideias.

Ao final do mês de abril, o projeto de lei da deputada Caroline de Toni (BRASIL, 2019b) se arvorou na justificativa de que Paulo Freire não é mais que um mero ideólogo marxista que preconiza a formação política sem oferecer instrumentos práticos. Ele fragilizaria, segundo Toni, os profissionais de educação. Tal formação política estaria no âmbito do abstrato ou do supérfluo, distanciado de necessidades técnicas que são, por sua vez, entendidas como reais e urgentes. Segundo a deputada, o marxismo tomou larga aplicação em toda a educação básica no Brasil e, por se tratar de uma mera ideologia, ocupou tempos e espaços que deveriam ser utilizados para outras finalidades essenciais da educação.

Tratando-se de retórica argumentativa, a justificativa do projeto carece de embasamentos reais. Segundo a autora, os estudantes brasileiros não conseguem sequer ser alfabetizados no ensino fundamental. Por fim, sob a égide da democracia e dos valores da diversidade de pensamento, a deputada argumentou que Paulo Freire não pode ser adotado como Patrono da Educação Brasileira.

É no mês de maio de 2019 que o terceiro projeto com mesmo teor é apresentado, dessa vez, pelo Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), que não apenas propõe a revogação de Paulo Freire, como a substituição do Patrono da Educação para São José de Anchieta. Após breve apresentação biográfica do santo, o deputado solicita a revogação do nome de Paulo Freire enquanto patrono, uma vez que encontramos, nas palavras do deputado, calamidade, decadência e vergonha na educação brasileira. Associa aos psicólogos Vygotsky e Jean Piaget, bem como a Paulo Freire, o que denomina “marxismo cultural”. Todos esses projetos de lei contra Paulo Freire se utilizaram, direta ou indiretamente, de argumentos criados por Olavo de Carvalho. No projeto de Jordy, a obra *Desconstruindo Paulo Freire* (GIULLIANO, 2017)⁹ é citada tal como se segue:

O historiador brasileiro Thomas Guilliano, na obra “Desconstruindo Paulo Freire”, dentre vários espectros que aborda, demonstra que Paulo Freire tem uma retórica dócil e amável diante de tiranos criminosos como Stálin, Lênin, Mao Tsé Tung, Fidel Castro e afins. O Patrono da Educação Brasileira atualmente tem o descalabro de afirmar que acima de tudo “desejava combater uma visão

-
- 9 Licenciado em História e especialista em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), coordenou o livro *Desconstruindo Paulo Freire* e depois escreveu *Desconstruindo ainda mais Paulo Freire*. Até o início de 2021, o autor não tinha nenhum artigo publicado por nenhuma revista acadêmica que segue parâmetros comuns de qualidade na produção do conhecimento, como a revisão por pares. Ambos os livros foram publicados pela editora do autor, História Expressa. Esse perfil de baixa intensidade acadêmica e alta intensidade midiática condiz com aquele encontrado por Lidiane Rodrigues (2018) para os intelectuais conservadores atuantes na mídia.

de mundo adversária”, o que significa a construção de um novo mundo socialista. Paulo Freire, por meio das entidades comunistas mundiais, teve seu trabalho expandido mundo afora. Contudo e apesar das homenagens, pessoas sérias que trabalharam consigo relataram o que salta aos olhos, à margem de qualquer contaminação ideológica. (BRASIL, 2019c, p. 2)

Na sequência, o deputado cola os mesmos oito parágrafos citados por Olavo de Carvalho no seu texto *Viva Paulo Freire!*, que discutiremos na próxima seção deste artigo. O argumento do deputado se associa com as perspectivas de Olavo de Carvalho: a forma artilosa com que Freire teria trabalhado ao longo de sua carreira disfarçou posicionamentos tirânicos, enganou as pessoas as tomou por parvas e tolas. Tal feita só teria sido possível graças ao conluio comunista internacional. Promovendo, mais uma vez, concepções conspiratórias das relações entre cultura e poder, a espécie de revelação que tais deputados e Olavo de Carvalho afirmam realizar tiraria o povo brasileiro de seu estado de idiotia e imbecilidade.

VIVA PAULO FREIRE!

Além de fazer coro às ideias expressas nos outros projetos de lei, encontramos no projeto do Deputado Carlos Jordy citações da página de John Ohliger ([2022]), hospedadas no portal virtual do Professor Brian Martin¹⁰ da Universidade de Wollongong, na Austrália. Na página há um conjunto de parágrafos soltos de diversos textos que aparentam ser críticas a Paulo Freire e sua produção intelectual, apresentadas como críticas de pessoas desiludidas com o educador.

.....

10 O Professor acumula uma série de controvérsias em sua vida pública. Entre elas a sua associação com o mito de que vacinas são causadoras de autismo e da Aids, a supervisão de um doutorado sobre o baixo índice de morte por terrorismo em comparação a morte por picadas de abelhas, entre outras.

Oito parágrafos da página de John Ohliger são enxertados em um dos textos mais famosos de Olavo de Carvalho, intitulado *Viva Paulo Freire!*, que foi originalmente publicado no *Diário do Comércio* em abril de 2012. O texto está replicado em diversos sites, tem versões em vídeo e, em especial, em um dos seus livros mais famosos, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (CARVALHO, 2013). É assim que tais citações se disseminaram no Brasil e se acoplaram ao discurso olavista e à construção de Paulo Freire como inimigo nacional, inclusive em projetos de lei.

A primeira citação que Olavo de Carvalho aciona contra Paulo Freire se refere a um texto jornalístico chamado *Searching for Paulo Freire*, narrando a presença de Paulo Freire em um congresso na Carolina do Sul, em 1973, que fazia parte de uma série de eventos pelos quais Paulo Freire passaria nos Estados Unidos. Assim, Olavo de Carvalho apresenta o trecho em seu livro: “Não há originalidade no que ele diz, é a mesma conversa de sempre. Sua alternativa à perspectiva global é retórica bolorenta. Ele é um teórico político e ideológico, não um educador” (EGERTON, 1973 apud CARVALHO, 2013, p. 364).

O que Carvalho não explicita é que o relato jornalístico narra o que a plateia do congresso esperava ao receber um pensador de tamanha fama e notoriedade, evidenciando as suas altas expectativas e até as pulsões sobrenaturais e místicas que alguns projetavam em Freire. O trecho recortado por Olavo de Carvalho traz a frustração de algumas pessoas, causada, em primeiro lugar, pela dificuldade em acessar Freire, isto é, em dialogar diretamente com o pernambucano, dado o número de compromissos e atividades de que ele participaria. Em segundo, as pessoas se frustravam por ele não trazer nenhuma revelação mágica que solucionasse os problemas da educação. John Egerton (1973), jornalista autor da matéria, demonstra que as expectativas que circulavam entre os participantes do evento sobre qualquer epifania salvacionista que imaginavam foi desfeita pelo próprio educador. O que Paulo Freire provocou foi,

justamente, um olhar realista, buscando estimular os participantes a entenderem a realidade social própria em que se inseriam e procurar neles próprios as possíveis soluções para os diversos desafios da educação.

“Aparentemente, há uma diferença muito profunda entre a maneira como vejo os objetivos do workshop e a maneira como vocês os veem”, ele começa. “Para mim, é apenas um pequeno momento no processo total de aprendizagem e não uma fábrica de soluções para problemas”. Ele prossegue, dizendo que o cronograma do workshop é muito exigente – “parece o cronograma de uma campanha presidencial” – e acrescenta: “Quando aceitei este convite, nunca pensei que iria aos Estados Unidos para ensinar aos americanos como se libertar ou como me libertar. Vocês têm seus próprios problemas e eles não podem ser resolvidos em três dias. Demorou séculos para entrar nessa bagunça. Um workshop não é uma pílula que você toma para mudar atitudes. Se eu tivesse as fórmulas da libertação, já teria voltado ao Brasil há muito tempo. Aprendi a assumir uma atitude humilde diante de problemas tão enormes. A libertação não é uma questão de técnica. Se fosse, seria fácil – basta aprender as fórmulas e aplicá-las. A libertação é uma questão política. Implica ter poder, tomar poder, mudar as estruturas de poder. Se eu tivesse simplesmente discutido os problemas das escolas, não teria nos levado a lugar nenhum. Tentei responder globalmente. Você está esperando pelo guru, o professor, esperando a última palavra. Não vim aqui para ensinar – não para lhe dar fórmulas, mas para compartilhar algo”. (EGERTON, 1973, p. 35, tradução nossa)

Assim, tal relato jornalístico é corrompido como se fosse uma crítica total a Freire e sua obra, transformando-o em uma espécie de fraude de que algumas pessoas iluminadas – e, portanto, citadas por Carvalho – se livraram. Além disso, omite-se os objetivos de

um relato jornalístico e seus compromissos de comunicação, que são distintos das produções textuais acadêmicas.

O segundo trecho acionado no texto *Viva Paulo Freire!* é o *Review of the politics of education*. Trata-se de uma resenha publicada na Revista *American Anthropologist* pelo antropólogo David Fetterman sobre a obra de Paulo Freire editada pela Bergin & Garvey, em Massachusetts, em 1984. Composto de oito breves parágrafos, a resenha comenta que o livro *Politics of education* oferece a possibilidade do leitor acompanhar o desenvolvimento do pensamento de Paulo Freire de maneira crítica, em especial por elucidar questões apresentadas em seu livro mais famoso, *Pedagogia do oprimido*. Dessa resenha, Olavo de Carvalho apresenta o seguinte recorte:

Ele deixa questões básicas sem resposta. Não poderia a 'conscientização' ser um outro modo de anestesiar e manipular as massas? Que novos controles sociais, fora os simples verbalismos, serão usados para implementar sua política social? Como Freire concilia a sua ideologia humanista e libertadora com a conclusão lógica da sua pedagogia, a violência da mudança revolucionária? (FETTERMAN, 1986, apud CARVALHO, 2013, p. 364)

Para Fetterman, a análise de Freire evidencia a perigosa vinculação entre os métodos de alfabetização massificados por cartilhas e uma cultura do silenciamento a favor de uma ideologia da acomodação. Isto é, as práticas pedagógicas tradicionais de alfabetização favorecem a manutenção das relações sociais tais como estavam/estão estabelecidas. O autor elogia Freire pela atenção que este dá, já naquele momento histórico, à importância da estrutura social e da cultura na formação da consciência. Para abrir espaço para um olhar crítico do livro, Fetterman cita o próprio Freire:

Em consonância com sua discussão sobre a conscientização, Freire pede ao leitor que adote uma atitude crítica em relação ao seu texto. Assim como os alunos não

são recipientes vazios, os leitores não são recipientes passivos da palavra escrita. A Política da Educação representa um processo de pensamento montaigniano e não seu produto final. Ao “pensar no que faço”, Freire cria contradições desconfortáveis. Sua discussão sobre a alfabetização camponesa é escrita em uma linguagem repleta de abstrações acadêmicas e expressões recém-cunhadas que falam apenas para uma elite intelectual masculina. O texto também mostra um desequilíbrio de foco. Freire lida quase exclusivamente com a natureza política do educador e dá pouca importância aos métodos e técnicas específicas que o educador deve empregar. Ele também deixa questões básicas sem resposta. Sua “conscientização” não poderia ser mais um meio de anestésiar e manipular as massas? Que novos controles sociais, além de simples verbais, serão usados para implementar sua política social? Como a ideologia humanística e libertadora de Freire se reconcilia com a conclusão lógica de sua pedagogia – a violência física da mudança revolucionária? Nas mãos de indivíduos do “mundo real”, a visão utópica de Freire será menos hipócrita, menos exploradora e menos desumanizante? (FETTERMAN, 1986, p. 253, tradução nossa)

A própria crítica de David Fetterman consegue ser mais ampla e interessante do que o recorte descontextualizado de John Ohliger e de Olavo de Carvalho. Antes de tudo, Fetterman apresenta um convite ao diálogo, primeiro sobre a antiga equação entre teoria e prática, comum não só ao âmbito da educação, mas a diversas outras áreas. Além disso, lança um olhar sobre uma expectativa comum aos que anseiam pela transformação do mundo: é possível uma transformação radical – uma revolução – sem violência? As transformações lentas e graduais – ou reformas das relações sociais – são suficientes? Se sim, para quem?

Fetterman concluiu sua resenha mostrando a força do livro de Freire para nos fazer pensar mais do que apresentar respostas imediatas, não se diferenciando muito da abordagem da matéria de jornal de John Egerton, em 1973. Ao longo dos anos, David Fetterman seguiu trabalhando e produzindo conhecimento em diálogo com a produção de Paulo Freire. Em 2017, publicou um texto intitulado *Transformative empowerment evaluation and Freirean pedagogy: alignment with an emancipatory tradition* (FETTERMAN, 2017)¹¹, em que, como o próprio título evidencia, posiciona Freire como um interlocutor de relevo.

Outra citação utilizada de forma fraudulenta por John Olinger e Olavo de Carvalho remete a obra de Peter Berger, *Pyramids of Sacrifice* (1974), que é apresentada por Olavo de Carvalho da seguinte forma:

A conscientização é um projeto de indivíduos de classe alta dirigido à população de classe baixa. Somada a essa arrogância vem a irritação recorrente com ‘aquelas pessoas’ que teimosamente recusam a salvação tão benevolentemente oferecida: ‘Como podem ser tão cegas’.
(BERGER, 1974, apud CARVALHO, 2013, p. 365)

Tal trecho é indecorosamente retirado do capítulo ‘*Consciousness raising*’ and the vicissitudes of policy e grosseiramente editado e recortado. A primeira sentença se encontra no segundo parágrafo da página 123 na edição da *Basic Books*, enquanto o trecho

-
- 11 Consta no livro o seguinte resumo: “Avaliações que empoderam e a pedagogia freiriana compartilham uma tradição emancipatória comum. Essas abordagens ajudam as pessoas a aprender a confrontar o *status quo* questionando suposições e regras prescritas, desprezando-se de mitos, rejeitando a desumanização e não mais aceitando alienadamente a “verdade” sobre como as coisas são ou podem ser. Elas ajudam as pessoas a pensar criticamente sobre o mundo ao redor delas” (FETTERMAN, 2017, p. 111, tradução nossa). Do original: “*Empowerment evaluation and Freirean pedagogy share a common emancipatory tradition. These approaches help people learn to confront the status quo, by questioning assumptions and prescribed roles, unpacking myths, rejecting dehumanization, and no longer blindly accepting the “truth” about how things are or can be. They help people think critically about the world around them.*”

restante conclui o primeiro parágrafo da página 124. Assim, a crítica de Peter Berger a Paulo Freire também apresenta profundidade e lisura intelectual mais refinada do que sugere John Ohliger e Olavo de Carvalho. Peter Berger retoma a querela acerca da hierarquização dos saberes e das pessoas – mediadas por suas posições de classe – em termos da ideia de conscientização enquanto projeto político de transformação social e afirma:

A crítica ao conceito de conscientização é importante porque pode servir como uma introdução a uma abordagem muito diferente da relação entre teoria e política. Tal abordagem pode começar com um postulado da igualdade de todos os mundos de consciência empiricamente disponíveis. (BERGER, 1974, p. 127, tradução nossa)

Assim, Berger (1974) segue em elaborada reflexão quanto ao etnocentrismo e ao paradoxo do elitismo salvacionista e do relativismo cultural frente à perspectiva ocidental de direitos humanos. O autor defende a perspectiva freiriana de que a alfabetização é a ampliação dos horizontes, mas sempre a partir do ponto de partida de quem aprende, tendo como chave de sucesso a motivação do educando, pois a prática pedagógica parte de questões vinculadas aos seus próprios cotidianos, diferencial fundamental para se alcançar o êxito na alfabetização dos adultos. Berger critica diretamente a ditadura militar no Brasil pela completa distorção das propostas freirianas no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).¹²

Já a análise crítica de Berger a Paulo Freire se desenvolve no âmbito do conflito entre as temporalidades e as formas de produção de informações, dados e análise da sociedade – próprias da ciência – em contraponto a urgência das políticas públicas e sociais, em especial em países ou territórios que carecem de ações imediatas

.....
12 O Movimento Brasileiro de Alfabetização substituiu o programa de educação de jovens e adultos de Paulo Freire durante a ditadura militar brasileira em março de 1968.

do poder público, como alfabetização. Isto é, enquanto a ciência social necessita de tempo para a investigação, produção de dados, debate entre especialistas, circulação de publicações etc., o tempo da política é outro, em especial das políticas direcionadas às populações mais carentes dos serviços do poder público. Tal reflexão, em Berger (1974), aponta para a própria disparidade entre o planejado e o executado, ou o utópico e o real. Para o autor, é necessário que o projeto de conscientização esteja atrelado a conscientização dos próprios limites da realidade social, justamente para não implicarem em problemas morais e éticos maiores do que aqueles que a própria realidade apresenta.

A quinta citação que Olavo de Carvalho utiliza foi retirada da revista internacional *New Internationalist*¹³, que é dirigida por uma cooperativa operária na Inglaterra. A menção que Olavo de Carvalho faz não passa de mero subtítulo de um texto, que nitidamente se utiliza dos termos para chamar atenção do leitor para as reflexões que se seguem. Assim é a citação feita por Carvalho (MILLWOOD, 1974, apud CARVALHO, 2013, p. 365): “Alguns veem a ‘conscientização’ quase como uma nova religião e Paulo Freire como o seu sacerdote. Outros veem como puro vazio e Paulo Freire como o principal saco de vento”.

Na verdade, David Millwood (1974) primeiro apresenta a trajetória pessoal e profissional de Paulo Freire, menciona sua passagem pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como consultor, pelo Instituto Chileno de Reforma Agrária, pela Universidade de Harvard e pelo Conselho Mundial de Igrejas. Menciona também a perseguição política na ditadura militar brasileira: “O novo regime logo descobriu que Freire não estava apenas ajudando camponeses e favelados a ler e escrever, mas também a pensar e agir” (MILLWOOD, 1974, p. 6). O texto continua analisando como as propostas de Paulo Freire

.....
13 Agradecemos a *New Internationalist* pelo envio do material em PDF para a realização da pesquisa que subsidia este texto.

conseguem elaborar uma reflexão crítica para a relação de simples caridade dos então chamados países de primeiro mundo para com os de terceiro mundo, a partir da crítica à perspectiva de desenvolvimento por soluções externas. Assim, a conscientização defendida por Freire não é uma solução mágica, como um coelho tirado da cartola, mas um trabalho necessariamente localizado que vincula teoria e ação prática para a transformação da realidade social.

Seus ataques francos ao autoritarismo em todas as formas ajudaram a dar-lhe a imagem de uma figura de culto para pessoas alternativas, um guru da esquerda progressista. Mas ele ficaria muito satisfeito se as pessoas cessassem sua adoração ao herói, prestassem mais atenção ao que ele diz e o ajudassem a desmascarar o mito da conscientização (traduzido do brasileiro conscientização, palavra que ele não inventou, mas que está intimamente associada com suas teorias educacionais e trabalho). A palavra significa um despertar da consciência, o desenvolvimento de uma consciência crítica da própria identidade e situação de uma pessoa, um re-despertar da capacidade de analisar as causas e consequências da própria situação e de agir lógica e reflexivamente para transformá-la realidade. O que Freire chama de práxis, ou reflexão-na-ação, é essencial para o processo. (MILLWOOD, 1974, p. 6, tradução nossa)

O último texto citado por Olavo de Carvalho em *Viva Paulo Freire!* que tivemos acesso¹⁴ foi o de Rolland G. Paulston, que faz uma resenha de quatorze obras sobre educação na América Latina, averiguando como os desafios da educação nessa região são interpretados: “Como os autores veem as crises na educação latino-americana? O que se percebe como suas origens e efeitos e o que pode ser

.....

14 Não tivemos acesso a três textos citados por Olavo de Carvalho: o de Rozanne Knudeson – *Resenha da Pedagogy of Opressed* –, de Wayne J. Urban – *A pedagogia do oprimido não ajuda a entender nem as revoluções nem a educação em geral* – e de Bruce O. Boston – *Paulo Freire*.

feito?” (PAULSTON, 1992, p. 180, tradução nossa). Dentre os textos analisados por Paulston, estão dois de Paulo Freire. O primeiro, *Learning to question: a pedagogy of liberation*, escrito juntamente com Antonio Faundez, e *We make the road by walking: conversations on education and social change*, com Myles Horton. Antes de comentá-los, vejamos como eles foram acionados por Olavo de Carvalho: “Sua aparente inabilidade de dar um passo atrás e deixar o estudante vivenciar a intuição crítica nos seus próprios termos reduziu Freire ao papel de um guru ideológico flutuando acima da prática” (PAULSTON, 1992, apud CARVALHO, 2013, p. 365).

Rolland Paulston descreve em sua resenha o comprometimento da perspectiva de Paulo Freire com a libertação da dominação social e com as mudanças sociais fundamentais. Assim, a educação só teria dois caminhos possíveis: ou reproduzir as injustiças do *status quo* ou ir em direção a uma perspectiva crítica para a mudança dessas injustiças.

Tal comprometimento se estabelece dentro de uma perspectiva histórica das relações sociais de classe, em especial das formas como elas entendem a realidade. As classes sociais dominadas são vistas como ignorantes, preguiçosas e indignas. O mais importante aqui é que, para Paulston, tal perspectiva é compartilhada pela classe adjetivadora, portanto a dominante, mas também a introjetada pela classe dominada. Cria-se, assim, uma engenharia social simbólica com forte habilidade de autoperpetuação. A chave de mudança social estaria na tomada de consciência das classes dominadas, que têm como mediadores fundamentais os profissionais que podem ser catalisadores de tal entendimento.

Assim, retomamos o ponto nevrálgico sobre o entendimento de que uma classe – um conjunto de pessoas – pode ser “libertada” por outra. A crítica de Rolland Paulston a Paulo Freire se apresenta em nota de rodapé, transcrita aqui integralmente:

Ver o prefácio de Freire a *Educación de adultos* en América Latina, editado por Jorge Werthein (Buenos

Aires: Ediciones de la Flor, 1985). Embora Freire tenha sugerido anteriormente que os oprimidos têm falsa consciência, enquanto o professor-libertador (presumivelmente Freire) tem a verdadeira consciência, hoje ele está disposto a conceder ao aluno oprimido uma consciência parcial. De uma perspectiva marxista ortodoxa, Yougman (1986) aprova a ênfase de Freire na natureza política da educação de adultos, seu conceito antropológico de cultura, sua sensibilidade às questões linguísticas e sua ênfase na consciência e dominação. O veredicto final de Yougman, no entanto, é que “de uma perspectiva marxista, a obra de Freire como um todo não fornece uma base satisfatória para a educação de adultos para o socialismo. Seu trabalho é eclético e carece da ‘coerência imperiosa’ que ele próprio exige dos revolucionários” (p.191). Minha visão de Freire é mais paradoxal: ele deu uma contribuição poderosa ao trazer a teoria crítica para a educação, mas sua aparente incapacidade de afastar-se e deixar o aluno ter uma visão crítica sobre seus próprios termos relegou Freire ao papel de guru ideológico pairando sobre a prática. (PAULSTON, 1992, p. 198, tradução nossa)

Paulston, em sua resenha crítica, nos ajuda a perceber os limites do pensamento freiriano, chamando especial atenção para a necessidade de ir além; o limite apresentado está direcionado a identificar até onde é possível avançar para que as práticas pedagógicas possam de fato mudar a realidade social. Elas, por sua vez, não são críticas que buscam inutilizar ou desfazer as perspectivas disseminadas por Paulo Freire, mas sim ir para além delas, muito diferente do que John Ohliger e, em especial, Olavo de Carvalho tentam mostrar.

CONCLUSÃO

Nenhum dos pensadores mencionados por Olavo de Carvalho como “desiludidos com Paulo Freire” podem, de fato, ser assim alcunhados. Muito pelo contrário: demonstram ter sido atravessados pelo pensamento de Paulo Freire, influenciados definitivamente por suas ideias, sobretudo de forma crítica, por também serem capazes de encontrar lacunas, provocar críticas e questionamentos, afastando-se, assim, de qualquer pretensão totalizante, mítica, mágica ou endeusada do educador brasileiro.

A disputa pela institucionalização de uma perspectiva, dentro da moldura interpretativa das guerras culturais, está sempre relacionada a maior abrangência possível de tal perspectiva em distintos estratos sociais. O que constatamos no caso analisado é o trabalho político a partir do viés negativo, isto é, da construção de um inimigo comum. Enquanto as disputas positivas de construção de heróis necessitam de um certo nível de engajamento nos debates – abertura para diálogo entre contraditórios, checagem e análise de informações e mediação de perspectivas –, as disputas por vias negativas apresentam um imediatismo. Elas operam fortemente pela ridicularização, pelo escárnio e pelo insulto. Assim, capilarizam-se pelo tecido social rapidamente, em especial pelas plataformas digitais de comunicação, uma característica fundamental das guerras culturais na contemporaneidade e do processo de construção da figura de Paulo Freire como um inimigo nacional.

No que denominamos aqui a batalha cultural em torno de Paulo Freire, dentro do enquadramento das guerras culturais, acionam-se as mesmas lógicas de destabilização e fraude de informações, buscando não uma disputa de ideias em defesa do que um ou outro grupo político propõe enquanto certo, mas, antes de tudo, a determinação do inimigo como equivocado.

Tal batalha também endossa a aversão à política em si mesma, engajando a sociedade, em especial a comunidade escolar, em um sentimento de repulsa quanto a presença dos debates políticos nos

espaços de aprendizagem. Ademais, não só destrói a própria escola como espaço central para se aprender sobre política – nas instâncias históricas, filosóficas e sociológicas –, mas também aniquila a importância da sua prática, minando as oportunidades de aprendizagem baseadas em debates, discussões, diálogos, construções de oposições, práticas de consensos etc.

Por fim, tal discurso se apossa da inquietude quanto às desigualdades e injustiças sociais, em especial dos desafios dos sistemas de educação, apresentando uma resposta simples: a de que o combate a um inimigo comum, facilmente identificável – Paulo Freire – nos levaria a soluções amplamente desejadas. Tal inquietude tem expressão emocional na própria sensação de idiotia ou de ser passado para trás e, até mesmo, de ser enganado pelas classes políticas e pelas camadas intelectuais por estar em uma posição privilegiada, distante tanto em termos de experiência como de linguagem de grande parte da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L. *Pyramids of sacrifice: political ethics and social change*. New York: Basic Books, 1974.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7.627, de 13 de julho de 2010. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática gênero e suas relações intra e interpessoais. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <https://bit.ly/3IU71fi>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.041, 28 de outubro de 2010. Institui o Dia Nacional da Mobilização Social pela Educação. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <https://bit.ly/3jlsKY6>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.576, de 25 de outubro de 2011. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

“Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3j45t7Z>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.822, 1 de agosto de 2012. Dispõe sobre a instituição do dia 19 de setembro como data comemorativa do “Dia Nacional da Mobilização Social pela Educação” e dá outras providências. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3uQBcil>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.266, 10 de outubro de 2016. Institui o Dia Nacional de Defesa da Liberdade na Educação. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/3LISi8z>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.397, de 18 de outubro de 2016. Institui o Dia Nacional de Defesa da Liberdade na Educação. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/3j1AfhJ>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.930, de 2 de abril de 2019. Revoga a Lei nº 12.612, de 13 de abril 2012, que declara Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3x3JA0T>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.589, de 24 de abril de 2019. Revoga a Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, que declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. *Câmara dos Deputados*, Brasília, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3DCoyYc>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.033, 21 de maio de 2019. Declara São José de Anchieta patrono da educação brasileira e revoga a Lei nº Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. *Câmara dos Deputados*, Brasília, 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3uWSFWi>. Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 abr. 2012b. Disponível em: <https://bit.ly/36UrLqi>. Acesso em: 6 fev. 2021.

CARVALHO, O. *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1996.

- CARVALHO, O. *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- CARVALHO, O. *O imbecil coletivo II: a longa marcha da vaca para o brejo e, logo atrás dela, os filhos da PUC*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- CARVALHO, O. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2013.
- EGERTON, J. Searching for Freire. *Saturday Review of Education*, New York, v. 1, n. 3, p. 32-35, 1973.
- FETTERMAN, D. Transformative empowerment evaluation and Freirean pedagogy: alignment with an emancipatory tradition. In: PATTON, M. Q. (ed.). *Pedagogy of evaluation: new directions for evaluation*. New Jersey: Wiley, 2017. p. 111-126.
- FETTERMAN, D. Review of "The Politics of Education" *American Anthropologist*, Março 1986.
- GIULLIANO, T. (org.). *Desconstruindo Paulo Freire*. [S. l.]: História Expressa, 2017.
- HUNTER, J. D. *Culture wars: the struggle to define America – making sense of the battles over the family, art, education, law, and politics*. New York: Basic Books, 1991.
- KOZICKI, K.; CHUEIRI, V. K. Impeachment: a arma nuclear constitucional. *Lua Nova*, São Paulo, n. 108, p. 157-176, 2019.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MILLWOOD, D. Conscientization and what it’s all about. *New Internationalist*, Oxford, v. x, n. x, p. xx-yy, 1974.
- NEMER, D. *Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Milfontes, 2021.
- OHLIGER, J. Critical views on Paulo Freire’s work. *Brian Martin*, [S. l.], [2022]. Disponível em: <https://bit.ly/3j56gpc>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- PAULSTON, R. G. Ways of seeing education and social change in Latin America: a phenomenographic perspective. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 177-202, 1992.

RODRIGUES, L. S. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002–2016). *Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 277–312, 2018.

VIANA, J. Paulo Freire e o assassinato do conhecimento. *Instituto Liberal*, Rio de Janeiro, 4 jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3r2s4WJ>. Acesso em: 28 dez. 2020.